

DESERDADOS NO MAR E SEGREGADOS NA TERRA¹

Antonio Mateus de Carvalho e Alberto Álvaro Vasconcelos Leal²

1. INTRODUÇÃO

A problemática habitacional na cidade de Salvador cresce vertiginosamente, nosso déficit de moradia é um dos maiores dos Países, o número de favelas e ocupações irregulares é grande e não é acompanhada por políticas públicas sérias que amenizem o problema. A condição de pobreza urbana configura-se como espaços de exclusão, onde o viver torna-se inviável, pois a falta de perspectiva torna-se uma constante na vida de milhares de pessoas que se amontoam em ambientes hostis. Esses lugares sem infra-estrutura, desequipados, sem escolas, sem postos de saúde, sem saneamento básico, são também lugares de estigma e de discriminação. Lugares habitados por negros e pobres que sofrem com o preconceito e com a falta de expectativas do ingresso no mercado de trabalho, são mal vistos pelos integrantes da sociedade tida como formal, e nem são vistos pelos poderes públicos, excetuando-se as épocas eleitorais.

O tecido urbano soteropolitano está minado por uma crise habitacional que possui uma velha procedência, pois desde a segunda metade da década de 40 do século passado – com a favela do Corta Braço, posteriormente conjunto Yolanda Pires – a marginalia urbana começa a ocupar as partes que lhe cabia na cidade de Salvador, a área do Subúrbio Ferroviário, áreas longe dos centros, ou depressões incrustadas em bairros de classe médias e ricas.

Os processos migratórios dos anos subseqüentes, estimulados pelo relativo crescimento industrial, principalmente na década de 70, vez com que o nosso problema habitacional avultasse e ganhasse grande projeção, o Subúrbio Ferroviário de Salvador não parava de crescer, novas tipologias e arranjos habitacionais começavam a surgir (SOUZA, 1991)

O relevo acidentado da cidade de Salvador não se configurava como um obstáculo para os que queriam morar nos morros, encostas, tabuleiros e até mesmo no mar da Baía de Todos os Santos, que começaram a ser ocupados pela população de baixa renda, cada vez mais faminta por moradia: independente da localização do espaço, era necessário morar. Neste contexto, surgem os aglomerados de palafitas, inicialmente com *Alagados* e depois *Novos Alagados*, um problema de décadas passadas que se mostra presente.

Assim sendo, manifestaremos, neste estudo, questões fortemente interligadas à problemática habitacional de Salvador, tendo como recorte principal a habitação em palafitas, além de englobar o tipo de vida dos moradores, os artifícios e técnicas de sobrevivência numa moradia que se estabelece sobre estacas na maré – em área sem saneamento, sem energia elétrica, sem água ou qualquer tipo de infra-estrutura básica, apenas maderite, arame e telha de Eternit. Versaremos sobre as relações que se travam em um ambiente de pobreza sócio-habitacional. Posteriormente, partiremos para o estudo do processo relocatório, em que os moradores de palafitas foram submetidos, por intermédio de programas do Governo do Estado da Bahia, em específico a construção de conjuntos habitacionais – o que gera uma relativa mudança na vida das pessoas relocadas, sem, contudo, incluí-las no social formal.

O conjunto habitacional em estudo recebe o nome de *Nova Primavera* e localiza-se ao lado do aglomerado de palafitas, sendo separado pela avenida Suburbana. A dinâmica social do conjunto

¹ Pesquisa desenvolvida no Centro de Recursos Humanos/UFBA (PIBIC/CNPQ/ FAPESB), sob a orientação do Professor Dr. Carlos Geraldo (Gey) D'Andrea Espinheira.

² Acadêmicos em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Centro de Recursos Humanos/Universidade Federal da Bahia - UFBA (PIBIC/CNPQ/ FAPESB).

Nova Primavera está sendo observada desde o início da construção dos embriões – terminologia utilizada para referenciar os casebres, como algo que está nascendo e possui boas possibilidades de crescimento. Este acompanhamento certamente favorecerá um maior entendimento das novas relações, assim como o processo de adaptação dos moradores, que antes residiam em palafitas e, após o processo relocatório, passam a viver em uma nova moradia, com novos vizinhos, e com uma relativa infra-estrutura, pois como morador de embrião, ele terá acesso a saneamento, luz elétrica, água, telefone, ruas pavimentadas e calçadas. No entanto, esses benefícios virão acompanhados de encargos financeiros; antes, enquanto moradores de palafita, não se tinha uma infraestruturação básica, mas também não havia encargos financeiros, não se pagava qualquer tipo de taxa. No embrião, os moradores utilizam-se de uma relativa infra-estrutura, entretanto não possuem subsídios financeiros para a manutenção, pois a maioria dos moradores relocados são desempregados, não possuem renda fixa e sobrevivem de *free lance*³.

Em relação ao título "Deserdados no mar e segregados na terra", pode-se afirmar que mesmo possuindo uma sonoridade poética, ele abordará uma problemática cruel em que vivem os moradores do aglomerado urbano de Novos Alagados, localizado no Subúrbio Ferroviário de Salvador - Ba.

Os moradores das palafitas encontram-se deserdados da legitimação de seus direitos sociais. Ao serem relocados para os conjuntos habitacionais do Governo do Estado percebe-se uma ordenação de vidas sem uma verdadeira mudança nas condições de vida, saindo da moradia sobre água, para morarem em embriões sobre a terra, tornam-se mais ainda segregados dos direitos fundamentais de sobrevivência (ESPINHEIRA, 1999).

A abordagem deste trabalho terá como enfoque principal as conseqüências sócio-econômicas vinculadas à transferência, assim como à memória nostálgica das relações que existiam entre as redes de convivência, enquanto moradores das palafitas, que serão dissolvidas e substituídas por um novo estilo de vida e convivência, com uma completa reorganização da vida social.

2. METODOLOGIA

Na metodologia, utilizamos como alvo de pesquisa os moradores que já passaram pela mesma experiência há mais de 10 anos. Com a observação participativa e reuniões focais, desenvolveu-se o estudo das relações travadas nos dois ambientes (sobre a água e sobre a terra) e das formas de obtenção de renda e de alimentos. Diante dessas modificações procurou-se compreender os novos arranjos de moradia com novas formas de inserção social, medindo a eficácia desse tipo de ação relocatória e as necessidades de ações complementares. Foram aplicados cerca de 30 questionários e mais de 20 entrevistas foram realizadas, tanto com os moradores de palafita – que já foram relocados para os embriões habitacionais, assim como os moradores que continuam vivendo sobre as palafitas. Depois da coleta dos dados, as informações foram cruzadas com a finalidade de racionalizar as formas de entendimentos empíricos que foram expressos nas falas dos entrevistados. Após a racionalização das informações, fundamentamos com os aportes teóricos, escolhidos pelo nosso grupo de pesquisa, em sua maioria bibliografias voltadas à Sociologia Urbana.

Utilizamos também o método da escuta flutuante, conversas informais, bate-papos, participação em reuniões de Associações no bairro de Plataforma etc., firmamos contato com a Pastoral da Criança, Kilombo Kiôô, Escola Bertholdo Cirilo – entidades que, de certa forma, refletiam em alguns momentos as aspirações tanto dos já relocados como as dos que ainda não o foram. Com esses encontros e com visitas de hora marcada ou de surpresa, traçamos um relatório

³ Atividades econômicas realizadas "informalmente", trabalho efêmero de ganhos pequenos.

etnográfico do lugar, assim como registros de observações de comportamentos relacionais entre grupos. A metodologia dialética do estímulo a discussão foi utilizada e, assim, informações importantíssimas foram trazidas para nossos relatórios de campo.

3. CONCLUSÕES E RESULTADOS

As relocações a que os moradores das palafitas foram submetidos sugerem uma ação arbitrária, pois a participação não foi efetiva. Houve apenas uma simulação de discussões com a população, pois a planificação do Conjunto Nova Primavera já estava pronta, antes mesmo da consulta popular. Os estudos feitos para a implantação do conjunto não atentaram para os novos encargos que o morador de palafita teria que enfrentar com a relocação.

Os projetos do Governo do Estado, planejados autonomamente “de cima para baixo”, não possuem sustentabilidade para a criação de uma realidade urbana de verdadeira inclusão social. O conjunto *Nova Primavera* pode ser utilizado como um exemplo de segregação institucionalizada – o colorido das casas não é capaz de encobrir as dificuldades de vivência da população relocada. Os moradores, assim como antes, continuam condenados a uma vida de inúmeras dificuldades, na qual a situação de empobrecimento é uma constante, a frustração com a falta de perspectiva é também algo detectado e é manifestado nas falas dos entrevistados.

Essa situação nos leva a concluir que o planejar, por si só, não possui a autonomia de criar realidades próprias para uma população como a de *Novos Alagados*, em situação de risco e de extrema violência.

4. REFERÊNCIAS

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.

ESPINHEIRA, Gey. Salvador: a cidade das desigualdades. In: **CADERNOS DO CEAS**, 184,.Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, nov / dez 1999.

SOUZA, Angela Maria Gordilho. Novas Formas de Habitar e Velhas Estruturas. In: **BAHIA: Análise e Dados**, v1, Salvador, 1991.